

Parlamentares e sindicalistas acreditam que ninguém será responsabilizado pela morte do sindicalista. Presidente do Sindicato dos Policiais critica “tentativa de se criar um mártir”

Reações indignadas

Ana Maria Campos

Dalila Góes

Da equipe do Correio

De volta ao Brasil na próxima segunda-feira, o Ministro da Justiça José Gregori, que está em Cuba, receberá em audiência os deputados Agnelo Queiroz (PCdoB) e Pedro Celso (PT). Os dois vão pedir intervenção de autoridades federais nas investigações sobre o incidente que envolveu um representante do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindser) e a Polícia Civil do DF.

Gregori criticou a atitude da polícia e afirmou que pedirá ao secretário de Segurança Pública do DF, Athos de Faria, que tome todas as medidas para esclarecer a morte do sindicalista. “É um caso muito grave. Precisamos saber da verdade”. A oposição não acredita na completa isenção do governo para a apuração da morte do sindicalista, e vai insistir na tese da intervenção no caso.

“A situação está insustentável. O governador não tem controle sobre as corporações policiais. E o pior é que não tem diálogo com as categorias de trabalhadores, o que tem provocado um relacionamento tumultuado entre o governo e os sindicatos”, disse Pedro Celso. Outra medida adotada pelos parlamentares foi pedir ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Marcos Rolim (PT/RS), que convide o diretor da Polícia Civil, Laerte Bessa, todos os policiais envolvidos no episódio e o delegado titular da 15ª Delegacia de Polícia para prestarem depoimento.

AUDIÊNCIA

Por considerar uma situação extremamente grave, Rolim concordou e marcou a audiência para o dia 18 de outubro. “No Brasil, os policiais são muito despreparados. Atiram contra suspeitos se o risco

**“VOU PEDIR
AO SECRETÁRIO
DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO
DISTRITO
FEDERAL QUE
TOME TODAS AS
MEDIDAS PARA
ESCLARECER
A MORTE DO
SINDICALISTA,
QUE É DA MAIOR
GRAVIDADE”**

JOSÉ GREGORI

Ministro da Justiça

for apenas material”, avalia Rolim. A Câmara Legislativa também terá de se pronunciar sobre o episódio. O deputado federal Geraldo Magela (PT/DF) vai apresentar uma denúncia de crime de responsabilidade contra o governador Joaquim Roriz.

Para que seja apreciada pelos deputados distritais, a denúncia terá ainda de ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A denúncia, entretanto, tem pouca chance de ir à plenário.

Nas contas do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Agnelo Queiroz, a demora em se apurar o caso da Novacap (veja memória na página 17) é o maior exemplo de que a impunidade é rotina no Distrito Federal. “Começou tudo de novo. A sensação de insegurança e pior, impunidade”, enfatiza.

Para Agnelo, há evidências

de que “a polícia do DF atira primeiro e pergunta depois”. Ele acredita que tudo não passa de uma armação primária do GDF e aponta que, mesmo antes de se começar as investigações mais detalhadas, a Secretaria de Segurança Pública tratou o crime como mais um na lista de ocorrências diárias. “Nossa intenção é que esse caso não se transforme em uma coisa banal, como foi feito com a Novacap”.

ABORDAGEM

Fábio Barcelos, presidente do Sindicato dos Agentes da Polícia Civil no Distrito Federal (Sinpol), discorda da versão dos parlamentares. Para ele, Gildo era um marginal, apontou um revólver calibre 38 para um policial, tinha cigarros de macanha dentro do carro, além de uma chave-mixa, usada para arrombar carros. “Nenhum policial sai para a rua com a intenção de matar. Infelizmente o sindicalista morreu. Nesse caso, prefiro que o policial esteja bem, porque o Gildo não era uma boa pessoa”, garante.

Barcelos aproveita para enfatizar que a morte do jardineiro da Novacap José Ferreira da Silva e do sindicalista Gildo da Silva Rocha não têm nenhuma ligação. “Estão forçando a barra e querendo transformar essa pessoa que morreu em mártir. Ele não é um mártir, era um cidadão que foi abordado com drogas e armas dentro do carro”, reforça.

Rejane Pitanga, do Sindicato dos Professores (Sinpro), discorda das acusações de Barcelos e aproveita para declarar que os trabalhadores estão de luto. “Mataram, sem dó, um companheiro em plena atividade sindical. Gildo estava fazendo piquete, rasgando lixo, protestando contra um salário imoral. Não dá para viver de salário mínimo e por isso ele morreu”, acusa.

Carlos Viera 18.4.2000



GREGORI ANALISARÁ PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL NA APURAÇÃO DO CRIME



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nota de Esclarecimento

A Secretaria de Segurança Pública do DF esclarece que a morte do ex-sindicalista do SLU, Gildo da Silva Rocha, 33 anos, ocorrida na madrugada de sexta-feira, dia 06, durante tiroteio com agentes da polícia civil, restringe-se ao universo das ocorrências policiais, sem nenhuma conotação política.

Trabalhando atualmente como auxiliar de escritório da empresa Bel Banho Comércio Ltda, Gildo acompanhava os servidores do SLU, Geraldo Rufino e Edson Sampaio, que jogavam o lixo na rua, da Ceilândia, por volta de uma e meia da madrugada, quando foram surpreendidos pelos policiais.

EM NOTA DE ESCLARECIMENTO, GOVERNO DESCARTA CONOTAÇÃO POLÍTICA

Promessa de rapidez

O caso é de responsabilidade exclusiva da Polícia Civil. Esta foi a reação da cúpula do governo, que não quis se manifestar quanto ao segundo assassinato de um trabalhador em menos de um ano. A Secretaria de Segurança limitou-se a divulgar “nota de esclarecimento” (fac-símile acima) em que se manifesta: “A morte do ex-sindicalista do SLU Gildo da Silva Rocha ocorrida na madrugada de sexta-feira, dia 06,

durante tiroteio com agentes da polícia civil, restringe-se ao universo das ocorrências policiais, sem nenhuma conotação política.” O secretário Athos de Faria, recebeu o presidente do Sindser, Cícero Rola, o diretor da CUT, José Zunga, e o deputado Pedro Celso. Do encontro, saiu a promessa de será feito o possível para acelerar a investigação e o laudo do Instituto Médico Legal (IML). (AMC)